

UNIVERSALISMO E FRAGMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: UM DIÁLOGO ENTRE ERNESTO LACLAU, CHANTAL MOUFFE E GILLES DELEUZE

*Leonardo Monteiro Crespo de Almeida*¹

Resumo: O presente artigo busca construir um paralelo entre a teoria política de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, e a filosofia de Gilles Deleuze, tendo como preocupação a fragmentação política e estratégica dos movimentos sociais progressistas. Considerando a dificuldade, para não dizer impossibilidade, de contemporaneamente situar-se um sujeito histórico universal, levando a defesas circunscritas em demandas particulares de certas identidades políticas, surge a relevância de se conceber teoricamente novas formas de subjetividades políticas coletivas. A proposta deste trabalho consiste em realizar uma leitura seletiva da filosofia de Deleuze e da teoria política de Laclau/Mouffe com o objetivo de situar elementos que possam servir para uma compreensão política desses movimentos que tanto evitem uma recaída nas antigas formas de universalismos, nem se percam na proliferação constante de demandas particulares que abandonam estratégias políticas emancipatórias mais abrangentes.

Palavras-Chave: Laclau e Mouffe – Deleuze – Universalismo – Sujeito Político.

INTRODUÇÃO

Movimentos sociais precisam pautar seus discursos por um certo grau de coerência voltada para a fixação das suas demandas caso pretendam a expansão e a concretização dos seus projetos políticos coletivos. A transformação de certas práticas sociais pela elaboração de demandas exige, de antemão, que estas sejam minimamente esclarecidas e compatíveis entre si. Essa coerência não deve ser vista como uma imposição formal que se faz sobre discursos, antes uma exigência tática que permite situar a identidade de um movimento social a partir do conjunto organizado de suas demandas e pretensões políticas².

Essa concepção de coerência se mostra problemática diante das implicações sociais e políticas da globalização para a organização e atuação desses movimentos, assim como a

¹ Doutor em Direito pela Faculdade de Direito do Recife/UFPE. E-mail: leonardoalmeida326@gmail.com.

² STAGGENBORG, *Social Movements*, p. 6 e ss.

lógica particular de construção das demandas empregada pelos movimentos com base em embates dos mais diversos. Os embates, por sua vez, remetem à autodescrição dos sujeitos políticos e à maneira como eles se percebem enquanto parte do espaço social: gênero, etnia e condição econômica são objetos de formulação de demandas. Cada aspecto do social pode ser tomado como objeto de construção das demandas políticas e consequente formação dos movimentos sociais.

Transformações intensas nas relações sociais de uma sociedade específica, a transnacionalização das demandas dos movimentos, ou mesmo a elaboração de questões que escaparam às construções iniciais dessas demandas, acabaram por levar a cisões internas nesses mesmos movimentos. Divisões e subdivisões, incorporação de novos atores políticos, ou a saída de alguns deles para comporem movimentos dissidentes, são características que integram esse panorama político.

Um quadro de demandas opostas formado por movimentos sociais com orientações políticas semelhantes é uma realidade em vários contextos. Pode-se, aliás, identificar uma concordância no nível mais amplo das propostas sociais e políticas, mas severas discordâncias em termos estratégicos e de pautas. Movimentos associados a demandas étnicas podem concordar entre si que a inclusão social, política e econômica dos negros são objetivos centrais, mas o que significariam essas formas de inclusão e qual o sentido que elas podem adquirir pode se tornar objeto de disputa entre os movimentos, assim como proporcionar fragmentações em seus interiores.

A determinação das demandas não seria uma questão circunscrita à estrutura interna desses movimentos. Os indivíduos não se encontram inseridos apenas em um segmento do social: eles transitam simultaneamente pelo ambiente familiar e profissional, são afetados pela percepção social sobre o gênero que possuem, são julgados pela etnia que herdaram e se autodescrevem com base em elementos de vários desses domínios. Essa pluralidade de dimensões abre espaço para a expansão de novos movimentos sociais, além da fragmentação interna que pode se suceder a cada um deles.

Demandas associadas ao universo laboral não precisam estar associadas com reivindicações vinculadas a identidades étnicas ou relacionados ao gênero. Sendo a coerência importante para a definição dos projetos coletivos e das demandas que lhe são agregadas, a mesma necessita ser incluída em um quadro conceitual mais amplo caso venhamos a desenvolver uma abordagem teórica que ilustre a circunstância atual de muitos desses movimentos.

O mencionado quadro precisa evitar dois posicionamentos: o do universalismo e o do puro particularismo. Por universalismo, nós nos referimos à concepção que estabelece um sujeito político cujas demandas representariam aquelas da sociedade como um todo, enquanto o puro particularismo implica a busca por um conjunto de propriedades específicas de uma determinada identidade social e que servem para lhe isolar das outras identidades do seu entorno. Tal temática tem sido presente em vários posicionamentos na teoria política contemporânea recente³.

³ TORFING, *New Theories of Discourse*, p. 170-171; BADER, Michael D. M.; WARKENTIEN, Siri, “The Fragmented Evolution of Racial Integration since the Civil Rights Movement”, p. 140 e ss.

Ambos os casos representam formas específicas de essencialismo: na primeira, o que temos é a absorção da particularidade das demandas sociais a uma outra, concebida como mais abrangente e capaz de reconciliar a sociedade consigo mesma mediante uma emancipação geral. A segunda coloca em evidência uma suposta pureza de uma identidade social expressada por um conjunto de características e propriedades invariáveis que claramente determinam a identidade⁴.

O universalismo ainda procura um sujeito político universal nestes vários movimentos. O puro particularismo, por sua vez, isola cada movimento na especificidade de suas demandas, criando um cenário de fragmentação política que os enfraquece e os marginaliza. Uma vez que todos os valores seriam contextuais e estes não são equivalentes entre si, o que resta é a condenação de toda e qualquer forma de universalismo como totalitária.⁵

A defesa de uma concepção pura da identidade encontra obstáculos teóricos significativos, uma vez que, para que expressem as suas demandas, os movimentos precisam apelar para uma linguagem compartilhada e que transcende a particularidade de cada um deles. A demanda de um grupo por representação política precisa ser realizada através dos termos que se estendem a outros grupos para que possam fazer o mesmo, a exemplo de direitos políticos que se estendem a todos os cidadãos da comunidade política⁶.

Uma certa relação com o universal é incontornável para a formulação política das demandas sociais. Por mais difusos e diversificados que sejam os interesses e as demandas nas democracias modernas pluralistas, eles precisam de referências comuns para que possam ser organizados e absorvidos pelos entes políticos a que são direcionados, a exemplo de noções como povo e soberania popular.

O objetivo deste artigo consiste em apontar de que maneira os trabalhos de Ernesto Laclau, Chantal Mouffe e Gilles Deleuze podem nos auxiliar a pensar uma forma de articular o universal e o particular de modo a não abandonar a ideia de construção de uma referência comum, mas sem desconsiderar as especificidades de cada movimento. Para tanto, realizaremos uma leitura seletiva dos três autores tendo como norte as preocupações que integram o nosso problema.

Considerando a proposta eminentemente comparativa deste trabalho, bem como os limites textuais do próprio artigo, a abordagem dos autores, tanto Laclau/Mouffe quanto Deleuze, será mais ampla e geral em detrimento de um estudo mais minucioso e aprofundado. O mesmo vale para a relação entre universal e particular que, para fins do desenvolvimento analítico deste trabalho, será concebida em termos do imaginário jacobino em detrimento de outras possibilidades que são também viáveis.

O artigo se organiza em três seções. As duas primeiras seções tratam de abordar individualmente os dois eixos teóricos do artigo, as perspectivas de Laclau/Mouffe e a de Deleuze, respectivamente. Em seguida, na terceira seção, serão desenvolvidas algumas convergências entre os dois posicionamentos.

⁴ TORFING, *New Theories of Discourse*, p. 170-171.

⁵ TORFING, *New Theories of Discourse*, p. 172.

⁶ TORFING, *New Theories of Discourse*, p. 171-172.

A ARTICULAÇÃO ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR EM ERNESTO LACLAU E CHANTAL MOUFFE

Uma preocupação teórica central na obra *Hegemony and Socialist Strategy* de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe consiste em repensar o papel do universal no horizonte contemporâneo da teoria política. Estava cada vez mais evidente aos autores que o social se constituía como espaço fragmentado por uma série de relações de conflito e modos de dominação que não necessariamente são equivalentes. Como teorizar as diferentes lutas dos movimentos sociais, especialmente considerando as consequências catastróficas da ascensão do Khemer vermelho, as múltiplas formas de repressão sofridas pelas nações da Europa oriental sob o domínio soviético?

Laclau e Mouffe observam que a multiplicidade dos embates contribui também a uma rejeição do chamado “imaginário jacobino”, a saber, o momento revolucionário por excelência em que a dominação imposta presente em uma ordem política é eliminada através de um sujeito histórico que, representando os interesses da coletividade, seria responsável por emancipá-la mediante a proposição de uma nova ordem transparente à própria sociedade:

O caráter plural e multifacetado dos embates sociais contemporâneos finalmente veio a dissolver a última fundação para aquele imaginário político. Povoados com sujeitos ‘universais’ e conceitualmente construído em torno de uma História no singular, ele tem postulado a ‘sociedade’ como uma estrutura inteligível que pode ser conquistada intelectualmente tendo como base certas posições de classe e reconstituída como uma ordem racional e transparente através de um ato fundador de caráter político. Hoje, a esquerda está testemunhando o ato final da dissolução do imaginário jacobino⁷.

As linhas gerais da obra são estabelecidas a partir de uma genealogia do conceito de hegemonia cujo fio condutor reside em uma análise crítica do conceito de classe na tradição marxista. Rosa Luxemburgo será uma das primeiras referências analisadas pelos autores, já que nela encontra-se uma reflexão consistente acerca da unidade da classe trabalhadora através de uma análise da ideia de greve geral como forma dominante de embate político⁸. O que está em questão é a existência e a formação de um sujeito político coletivo.

O entrelaçamento entre o político e o econômico que, no âmbito do contexto profundamente repressivo da Rússia czarista, desenvolveu uma unificação espontânea entre os diversos embates que surgiram neste contexto. De início esses embates estavam restritos às demandas específicas que propunham, mas aos poucos foram se unificando e, deste modo, operando uma convergência simétrica entre demandas políticas e econômicas.

⁷ LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 2.

⁸ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 8 e ss.

A consequência teórica, mas também politicamente estratégica, é a de que a união da classe operária decorre de relações desenvolvidas *a posteriori* entre os movimentos, e não em função de determinações econômicas presentes entre os seus membros⁹. Laclau e Mouffe mostram que para o conjunto de abordagens nomeado por eles de ortodoxia marxista, a determinação da identidade de classe se daria em função das relações econômicas de produção:

Para a ortodoxia, é a partir dessa estrutura primária que surge o antagonismo entre classe trabalhadora e burguesa. Esta estrutura primária organiza a si mesma como uma narrativa – podemos chamá-la de primeira narrativa – dado que o seu movimento é contraditório e tende a auto eliminação. Na estrutura desta narrativa, as leis do desenvolvimento capitalista são o enredo, enquanto os personagens, com papéis perfeitamente designados, são as classes proletárias e burguesas¹⁰.

Contrapondo-se a essa perspectiva, os autores repensam o sujeito político à luz do estruturalismo marxista de Louis Althusser. Isso se reflete na opção teórica que reside em conceber discursivamente a identidade dos sujeitos e a sua determinação através das relações sociais em que eles já se encontram situados¹¹. A identidade passa a refletir a posição que tendem a ocupar a partir da inserção que possuem em uma estrutura discursiva ao invés das condições intrínsecas dos sujeitos:

Toda vez que empregarmos a categoria de ‘sujeito’ neste texto, nós o faremos no sentido de ‘posições de sujeito’ em uma estrutura discursiva. Sujeitos não podem, portanto, ser a origem das relações sociais – nem mesmo no sentido limitado de serem dotados de poderes que tornam a experiência possível – uma vez que toda ‘experiência’ repousa sobre precisas condições de possibilidade discursivas¹².

Para as pretensões desse artigo, o mais importante nesse desenvolvimento teórico proposto por Laclau e Mouffe consiste em dois pontos: primeiro, o caráter contingente e contextualmente situado das associações entre os movimentos e as identidades políticas a que eles fornecem suporte discursivo; segundo, a formação das demandas como decorrente da associação entre os movimentos através da constituição de relações de equivalência.

Essa formação é concebida como articulação: é a produção de uma nova relação que se distingue das partes que se encontram associadas, ou seja, não se trata apenas da junção entre movimentos¹³. As articulações permitem a inserção de certa coerência, sempre instável,

⁹ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 8-9.

¹⁰ LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 50.

¹¹ Cf. HOWARTH, “Hegemony, Political Subjectivity, and Radical Democracy”, p. 258-259; HOWARTH, *Poststructuralism and After*, p. 226 e ss.

¹² LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 115.

¹³ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 105; HOWARTH, *Poststructuralism and After*, p. 10.

em meio a multiplicidade de embates sobre a superfície do social¹⁴. Uma coerência plena entre as diferentes posições seria inviável uma vez que cada elemento inscrito em um movimento é pluridimensional, integrando e potencialmente abrindo espaço para outras formas de conflito.

Uma mulher que se autodescreve como feminista e afrodescendente ocupa dois focos de embates políticos que não necessariamente estão alinhados em termos de demandas e nem podem ser subsumidos um ao outro. Aliás, a crítica a uma forma de desigualdade, a exemplo da desigualdade material decorrente da dinâmica do capitalismo, pode levar à crítica de outras formas de desigualdade e mesmo ao surgimento de novos direitos¹⁵.

A articulação precisa ser situada a partir de pontos de convergência transversais às demandas e perspectivas políticas particulares, mas que possibilitam o alinhamento de demandas distintas, como eventos ou questões. Os autores concebem cada prática social como articuladora na medida em que buscam fixar sentidos em meio ao horizonte de significação, nomeado por eles de campo de discursividade. A fixação só poderá ser parcial uma vez que jamais conseguirá captar em sua totalidade todos os sentidos possíveis inscritos no campo.

O que estão afirmando é que a determinação de cada identidade social é sempre instável e problemática, podendo ser repensada tendo como base as diferentes formas de suas múltiplas articulações. A identidade é relacional, existindo sempre em função de um sistema de diferenças fixado:

A prática de articulação, portanto, consiste na construção de pontos nodais que parcialmente fixam o sentido; e o caráter parcial dessa fixação que procede da abertura do social, resultante, por sua vez, do constante transbordamento de cada discurso pela infinitude do campo de discursividade¹⁶.

O conceito de cadeia de equivalências nos permite conceber uma articulação contingente de demandas sem que a especificidade de cada uma delas acabe sendo reduzida a uma forma específica de embate¹⁷. Existem demandas que podem ser pensadas a partir de certa lógica econômica e outras que necessitam ser pensadas com base em termos diversos, fazendo com que a sobreposição de uma sobre a outra acabe anulando a especificidade daquilo que se pretendia conquistar.

A lógica de equivalência trata de operar uma temporária aproximação entre as demandas através da contraposição a um mesmo polo exterior. Uma luta voltada para a implementação de uma nova categoria de direitos para um determinado grupo pode se articular discursivamente com outros embates que visam a uma maior redistribuição econômica mediante tributação ao se oporem a forças que pretendem impedir a

¹⁴ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 167 e ss.

¹⁵ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 156.

¹⁶ LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 113.

¹⁷ Cf. HOWARTH, *Poststructuralism and After*, p. 82.

concretização dessas demandas. A lógica da equivalência pressupõe a presença de antagonismos. Os autores comentam:

Atores sociais ocupam posições diferenciais no discurso que constitui a fábrica do social. Neste sentido, de maneira estrita, só existem particularidades. Por outro lado, existem os antagonismos sociais que criam fronteiras internas na própria sociedade. Vis-à-vis forças opressivas, portanto, uma série de particularidades estabelecem relações de equivalência entre si mesmas¹⁸.

É a relação de antagonismo que trata de abrir espaço para a lógica da equivalência. Ao mesmo tempo em que preserva as particularidades de cada demanda, a equivalência estabelece uma simetria dessas particularidades frente a um antagonismo comum a todas elas. Um ponto importante é que, conforme as cadeias de equivalência vão sendo expandidas, as especificidades de cada identidade política que as compõem vão sendo mais ofuscadas, restando apenas pontos de referência que revelam uma ausência subjacente aos embates, mas que servem à articulação dos atores políticos. Sobre esse aspecto das cadeias de equivalência, Laclau escreve:

Por um lado, quanto mais as cadeias de equivalência são estendidas, menos cada embate concreto será capaz de permanecer fechado na diferenciação de seu eu – algo que serviria para lhe separar de todas as outras identidades diferentes através da diferença que lhe é exclusivamente própria. Pelo contrário, as relações equivalentes mostram que essas identidades diferenciais são simplesmente corpos indiferentes encarnando algo que está igualmente presente em cada uma delas, sendo assim, quanto mais extensa for a cadeia de equivalências, menos concreto será este ‘algo igualmente presente’¹⁹.

Os pontos de referência a que aludimos são chamados por Laclau de significantes vazios. Pensemos o termo ‘ordem’: em um contexto politicamente estável, a ordem é concebida através da realização de fatos, procedimentos e da continuidade institucional da política. Porém, em um contexto de profunda desordem, a ordem surge como um significante daquilo que está em falta nesse cenário político, abrindo espaço para a ascensão de grupos diversos e voltados para o seu restabelecimento²⁰.

Em um dos seus mais conhecidos comentários sobre a democracia moderna, Claude Lefort observa que o seu surgimento é acompanhado pela dissolução dos marcadores de certeza²¹. Nas várias circunstâncias políticas dos Estados absolutistas, o fundamento da sociedade residia simbolicamente na vontade divina que, por sua vez, materializa-se na figura

¹⁸ LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. xiii.

¹⁹ LACLAU, “Why do Empty Signifiers Matter to Politics?”, p. 42.

²⁰ *Ibidem*, p. 44.

²¹ LACLAU, “Why do Empty Signifiers Matter to Politics?”, p. 155 e ss.

do monarca, o representante de Deus e da justiça soberana. Na medida em que o lugar do poder é situado de maneira transcendente, a ordem social é incondicional e inalterável.

A leitura lefortiana da constituição de um novo espaço para a inserção do político seria a seguinte: com o fim dos Estados absolutistas e o surgimento das revoluções americana e francesa, o lugar do poder se esvazia, permitindo uma ocupação temporária por forças advindas dos mais diversos projetos políticos, e tendo agora na população o centro de sua legitimidade. O que se tem é uma nova forma de instituição do social²². Agora cada lei, forma de organização, projeto político ou crença, pode ser interrogada e substituída por atores políticos distintos e que se sucedem indefinidamente. Trata-se de uma sociedade em que, sendo o povo soberano, já não pode ser mais controlada e contida em limites estabelecidos pela tradição ou outros resquícios simbólicos de delimitação normativa do social.

Sendo cada aspecto do social passível de contestação, um dos efeitos da dissolução dos marcadores de certeza vai residir na multiplicidade de formas de embates, levando à fragmentação política apontada no início deste estudo. Mas isso levaria a um encerramento de cada embate em torno de suas particularidades? Vimos que a resposta de Laclau e Mouffe é negativa, mas o que eles pretendem evitar?

Uma perspectiva a ser evitada consiste na tentação de vincular os interesses e as demandas de cada grupo a uma essência constitutiva da identidade deles, ou seja, eles seriam determinados *a priori*. Em tese, seria afirmar que mulheres são naturalmente inclinadas a abraçar causas feministas em virtude de condicionamentos biológicos e socioculturais. Negar essas demandas – ou o vínculo entre constituição biológica, simbólica e causas políticas – implicaria, por sua vez, ignorar as condições que promovem contextos de subjugação em que elas se encontram, naturalizando assim a opressão.

Semelhante posição sustenta que a identidade de cada ator social é determinada sem quaisquer referências a outros atores, existindo também um conjunto de interesses que constituem e pertencem ao núcleo de cada identidade. Mas isso somente seria possível se a totalidade do social pudesse ser fixada de modo também a permitir que cada um dos componentes que integram as relações sociais viesse a ter um sentido determinado. Uma vez que o social é atravessado por um vazio constitutivo e em contínuo deslocamento, um fechamento completo não seria possível.

A cada momento do social, uma determinada posição política passa a determinar sentidos, configurações, formas de organização e crenças coletivas. Chamamos essa posição de hegemônica. A hegemonia se constitui através de uma agregação de demandas que, por sua vez, necessita se contrapor a uma outra cadeia que lhe é exterior e antagônica. Só se pode falar de hegemonia se houver lutas e posições incompatíveis às múltiplas demandas constitutivas da posição dita hegemônica.

Podemos conceber o universal sem ignorarmos o constante aumento de complexidade frente às múltiplas maneiras de constituição dos embates sociais, ao mesmo tempo em que evitamos a defesa de um puro particularismo que isola cada identidade política em posições socialmente marginais e politicamente inacessíveis. Reiteremos que a equivalência entre as demandas só pode ser preservada mediante a fixação delas a um ponto que lhes é exterior, a saber, um outro agrupamento de demandas antagônicas. Sendo assim,

²² Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 44.

a relação mesma de equivalência é também contingente e contextualmente situada, dependendo da forma como os antagonismos sociais serão constituídos.

O antagonismo é o limite pelo qual as duas partes, que chamaremos de A e B, passam a ser constituídas através de uma lógica paradoxal da possibilidade e impossibilidade. A relação de complementariedade entre as posições, que ocorre através do estabelecimento da relação de antagonismo, é o que vai possibilitar a própria existência de cada um desses polos, mas, na medida em que se negam, a coexistência deles é também impossível. Daniel de Mendonça faz o seguinte comentário:

A complementariedade entre eles (baseada na negação recíproca) consiste paradoxalmente na possibilidade da existência de ambos. A relação antagônica, portanto, guarda em si o paradoxo da possibilidade e da impossibilidade dos elementos antagônicos tomados entre si. Em outras palavras: num “sistema contraditório global considerado” *A* só é *A* porque nega *B*; *B* só é *B* porque nega *A*; contudo, ambos somente são, uma vez que o outro se faz presente²³.

Em síntese, no que se refere ao trabalho de Laclau e Mouffe, o universal é marcado pela precariedade e esvaziamento²⁴. O objetivo da hegemonia, mediante a construção de cadeias de equivalência cada vez mais amplas, consiste em estrategicamente fixar um conteúdo, sempre precário, para o universal. Quanto mais demandas forem sendo agregadas às cadeias, menos específica será a definição de um projeto ideológico comum: os termos constitutivos dos discursos precisam ser cada vez mais vagos de modo a abarcar as diferentes demandas inscritas na cadeia de equivalência. Por isso o cuidado em mostrar as sucessivas redefinições de categorias políticas usuais (liberdade, justiça, igualdade) a partir das diversas formações políticas empiricamente estabelecidas²⁵.

GILLES DELEUZE: A TRANSVERSALIDADE E O VAZIO DAS DEMANDAS POLÍTICAS

A filosofia de Gilles Deleuze tem mostrado certa presença nos debates teóricos sobre os novos movimentos sociais e as implicações que eles trazem para as políticas emancipatórias. Diferentemente da obra de Laclau e Mouffe, não encontramos claramente uma posição sobre essa temática: não existe explicitamente uma posição política deleuzeana quanto às estratégias práticas e teóricas que possam ser empregadas por esses movimentos.

Essa observação preliminar serve não para limitar a pertinência da filosofia deleuzeana perante nosso objeto de investigação, e sim ressaltar as múltiplas leituras aceitáveis que podem ser desenvolvidas a partir dessa referência. O fio condutor de nossa leitura será a maneira como Deleuze concebe a relação entre estrutura e significação na obra *Lógica do Sentido*, sendo a nossa preocupação isolar certos elementos que nos permitam pensar

²³ MENDONÇA, “A noção de antagonismo na ciência política contemporânea”, p. 137.

²⁴ GASCHÉ, “How empty can empty be?”, p. 18 e ss; LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 191-192.

²⁵ Cf. LACLAU; MOUFFE, *Hegemony and Socialist Strategy*, p. 163.

formas de organização política que resistam aos mencionados universalismo e particularismo em termos de organização das demandas dos movimentos sociais.

Uma vez esclarecidas algumas linhas gerais da perspectiva de Laclau e Mouffe, vejamos como Deleuze aborda a temática em sua obra *Lógica do Sentido*. A exemplo de *Hegemony and Socialist Strategy*, nesta obra também o estruturalismo francês e os paradoxos da linguagem são trazidos ao primeiro plano de uma abordagem sobre identidade e diferença. Tendo Lévi-Strauss como referência, Deleuze ressalta o contínuo desequilíbrio interno de uma estrutura marcada por duas séries, significante e significado, que ora são marcadas pelo excesso, ora pela ausência:

Lévi-Strauss indicou um paradoxo na forma de uma antinomia, sendo similar ao paradoxo de Lacan: dadas duas séries, uma significante e outra significada, a primeira apresentará um excesso e a segunda uma falta. Em virtude deste excesso e desta falta, as séries se referem umas às outras em um eterno desequilíbrio e em deslocamento perpétuo²⁶.

Embora os termos sejam distintos daqueles empregados por Laclau e Mouffe, podemos vislumbrar uma certa proximidade no que se refere ao modo de se conceber uma estrutura geral. O social sempre extrapola as diversas manifestações discursivas que pretendem lhe fixar um sentido, ao mesmo tempo em que a possibilidade de seu fechamento é obstruída por uma falta em sua estrutura específica na própria forma do lugar vazio do poder. O discurso sempre fica aquém do seu objeto de referência²⁷.

O esvaziamento moderno do lugar do poder não se refere apenas a um espaço a ser tomado, apontado para a própria impossibilidade de constituição final do social. Ele significa o deslocamento contínuo do próprio social, abrindo, como já dissemos, a possibilidade de questionamento, e por isso mesmo também de enfrentamento, da constituição de cada um dos seus aspectos por parte dos atores políticos.

Encontramos abordagem similar também na *Lógica do Sentido*. Vejamos o que escreve Deleuze sobre a relação entre o vazio e o excesso em uma estrutura de significação:

O que existe em excesso na série de significados é literalmente um quadrado vazio e um lugar sempre deslocado e sem ocupante. O que está faltando na série de significantes é um dado supranumerário e não-situado – um desconhecido, um ocupante sem lugar, ou algo sempre deslocado²⁸.

Essa formulação concebe a estrutura como atravessada por uma abertura constitutiva ao mesmo tempo em que existem certos elementos sólidos e estáveis. Sob uma perspectiva política, movimentos sociais buscam construir uma identidade que permita uma delimitação mínima de planejamento e estratégia política, embora o sentido de cada um desses termos esteja aberto a sucessivas reformulações. O fundamental, neste ponto, é que o “quadrado

²⁶ DELEUZE, *Logic of Sense*, p. 48.

²⁷ ALBERTSEN; DIKEN, *Society with/ out Organs*, p. 232.

²⁸ DELEUZE, *Logic of Sense*, p. 50.

vazio” inscrito na estrutura não pode ser preenchido e, por isso mesmo, o deslocamento é persistente. Essa abertura, por sua vez, impede a constituição definitiva da identidade de um movimento, assim como da satisfação plena do objeto de suas demandas. Um movimento não é nada senão uma máquina de conexões possíveis em contínua construção.

A abertura do social em meio ao lugar vazio do poder também obstrui a delimitação *a priori* das formas de construção de alianças e dos objetos que podem demarcar os embates políticos. Não há como saber quais os contornos das lutas que o movimento feminista abraçará nas próximas décadas, nem as fragmentações internas que podem ocorrer a partir desse processo. Ainda assim podemos afirmar que existem linhas gerais deste movimento que permitem a sua determinação frente a outros movimentos e embates.

Podemos destacar, nesta linha de raciocínio, a preocupação de Deleuze/Guattari em propor uma perspectiva do político que resiste às duas opções mencionadas na abordagem que realizamos de Laclau/Mouffe: nem uma teoria política pensada em termos de um sujeito político universal, nem uma outra que seria concebida como composta por movimentos isolados.

O primeiro ponto dessa abordagem sobre o político consiste em situar a prática política como um processo aberto inscrito na organização do capital que tende a desconstituir identidades e sedimentos através do fluxo de diferenças que integram e se espelham em meio à superfície do social. Essa contraposição é relevante para fins de diferenciar o que eles propõem em termos de intervenção política e as práticas de representação presentes nas democracias liberais contemporâneas. Sobre este ponto discorre Nicholas Thoburn:

A política não é o terreno da *representação* do povo (e, portanto, não circula primeiramente em torno de questões como ‘justiça’ e ‘verdade’), mas de sua *criação*. A condição desta composição criativa não são os recursos subjetivos e materiais (subjetividades autônomas e juridicamente reconhecidas, histórias compartilhadas, consistências culturais) convencionalmente associadas com a autocracia²⁹.

Não encontraremos nenhuma orientação normativa ou estratégica clara acerca das formas de contestação que podem ser empregadas pelos movimentos sociais, assim como possíveis desenhos institucionais que possibilitem formas mais amplas de participação social. Aliás, o aspecto da concepção de política defendida por Deleuze/Guattari é de difícil definição. O que nos interessa é ressaltar, no contexto da filosofia de Deleuze/Guattari, o pano de fundo teórico para estratégias subsequentes desenvolvidas entre os movimentos em um contexto social de contínua fragmentação política. Trata-se de operar um equilíbrio na relação política entre o universal e o particular através de uma redefinição dessa relação e dos seus termos constitutivos – e é neste ponto em que a noção de transversalidade adquire relevância.

Em seu estudo sobre a *Lógica do Sentido*, James Williams ressalta a existência de termos compartilhados que produzem movimentos poderosos e efêmeros entre séries distintas, muito embora não pertença a nenhuma dessas séries. Esses termos possibilitam a construção

²⁹ THOBURN, *Deleuze and Marx*, p. 8.

de relações contingentes e precárias entre domínios distintos sem, no entanto, assimilar um domínio ao outro. Em uma passagem próxima à reflexão política de Laclau/Mouffe, Williams escreve:

Um termo compartilhado e desestabilizador atrai outras proposições e lhes fornece um direcionamento comum embora não se assemelhe a nenhum deles, cria movimentos efêmeros, mas profundamente heterogêneos. Por exemplo, quando diferentes linhas podem se unir rapidamente em torno de uma resistência a um inimigo comum e sonha com um futuro sem o seu retorno – a ‘solidariedade: sindicatos e igrejas contra a *tiranía*’ ou ‘estudantes e trabalhadores contra o *fascismo*’³⁰.

Situa-se a possibilidade de que, em um momento específico, a complexidade constitutiva das identidades dos atores políticos ser reduzida através de uma relação entre dois termos que se opõem. Essa relação, porém, somente é possível através da articulação de movimentos distintos via termos e elementos que, atravessando cada um desses movimentos, não se deixa absorver completamente por nenhum deles.

Reiteremos a noção de transversalidade: a linha contínua que, contemplando várias demandas, não se confunde – e nem se deixa ser apropriada – por nenhum deles. É essa transversalidade que conecta, ainda que temporariamente, formações particulares a projetos e cursos de ação mais abrangentes, procedendo através da integração de movimentos mediante os mencionados termos compartilhados.

Não podemos minimizar a importância da ambiguidade na reflexão deleuzeana sobre a linguagem, e que pode ser também incorporada a uma compreensão do político: ela assinala uma transversalidade do sentido³¹. Ao mesmo tempo em que pode unir e fixar dois discursos sobre o mundo, a ambiguidade de sentido de um termo impede o seu pertencimento a um dos relatos.

A tirania e o fascismo que unem sindicatos e igrejas, estudantes e trabalhadores, organiza e integra os embates de cada um dos termos que compõem os dois polos, mas não se deixa ser assimilada por nenhum deles: a luta dos estudantes é distinta daquela dos trabalhadores, mas em certos contextos, palavras constroem uma convergência temporária e específica ao cenário em que os dois grupos se encontram. É deste modo que a filosofia de Deleuze evitaria uma recaída na defesa de políticas ancoradas nas particularidades dos movimentos uma vez observado o desaparecimento dos atores políticos universais. Vejamos o seguinte comentário de Williams – e que claramente remete a uma maneira de situar a questão muito próxima àquela de Laclau/Mouffe:

Uma ordem baseada em múltiplas separações radicais de linhas individuais, grupos, unidades ou sujeitos pode ser desestabilizada através da emergência de um sonho, uma meta, ou um desejo que cruza as separações e as unifica

³⁰ WILLIAMS, *Gilles Deleuze's Logic of Sense*, p. 67.

³¹ Cf. DELEUZE; GUATTARI, *Mil Platôs*, vol. 2, p. 16 e ss; DELEUZE; GUATTARI, *Mil Platôs*, vol. 3, p. 51.

temporariamente em torno de uma nova palavra ou direção, interpretada de maneira diferente porque é recente e ainda misteriosa, mas mantém as diferenças entre as unidades em resistência a algo, levando adiante o movimento (por exemplo, quando slogans multifacetados como ‘Basta!’ ou ‘Justiça!’ ou ‘Paz!’ ou ‘Não passarão’ exprimem uma corrente comum através da sociedade ou sobre várias sociedades que permite que grupos e interesses díspares se distanciem da velha ordem)³².

As expressões mencionadas por Williams operam de maneira similar ao conceito de significativo vazio: elas discursivamente remetem a uma ausência que, por sua vez, torna-se a condição de possibilidade para uma fissura que opõe formações políticas coletivas, a exemplo da oposição a um “governo reacionário”. Essa oposição temporariamente conecta movimentos – ou grupos – de orientações e demandas das mais distintas através da elaboração de um imaginário social que, não se confundindo com nenhuma dessas demandas em particular, as abrange em um objetivo mais geral e compartilhado por cada um dos atores políticos envolvidos.

Em sua obra sobre complexidade e movimentos sociais, Graeme Chesters e Ian Welsh mostram como os movimentos que pressionam por uma globalização alternativa rompem com a ideia de que uma organização que se estabelece através de uma lógica burocrática “de cima para baixo”. As várias formas de articulação que integram esse panorama complexo tendem a escapar às formas tradicionais que compõem os modos de contestação e organização coletivas.

Os autores mostram como esses novos movimentos se organizam horizontalmente, primando pela justaposição ao invés da sobreposição e hierarquização das demandas. É nesse ponto que se associam à posição de Deleuze e Guattari:

É neste sentido que nós adotamos a linguagem de Deleuze e Guattari para expor um processo de emergência que opera por e através do movimento de globalização alternativa como um estranho imã com o potencial de reconfigurar a axiomática prevalecente do capital, constituindo desse modo uma força social contra-hegemônica consolidando a vivência fragmentária de baixo para cima imposta pelos fluxos globais. Existem alguns processos complexos de tradução envolvidos aqui que em muito se distanciam dos campos do discurso, da construção discursiva, da contestação e da formulação de apostas coletivas viáveis contrapostas ao modelo de escolha individual livre.³³

A composição de baixo para cima expressa, mesmo que de maneira indireta, a ideia de uma construção *a posteriori* dos embates políticos. O pressuposto para a composição das lutas decorre das circunstâncias estratégicas específicas que constituem o panorama de alta complexidade que envolve a todos. Um esclarecimento pontual sobre o conceito de

³² WILLIAMS, *Gilles Deleuze's Logic of Sense*, p. 67

³³ CHESTERS; WELSH, *Complexity and Social Movements*, p. 7

micropolítica e os múltiplos níveis da política se torna, no contexto desta investigação, pertinente³⁴.

O que os autores pretendem ao empregar o conceito de micropolítica? Uma constante nas obras escritas coletivamente por Deleuze e Guattari consiste na distinção molar/molecular, que, por sua vez, emerge da tensão, no âmbito da teoria social, entre as posições de Gabriel Tarde e Émile Durkheim: o macro sendo associado às estruturas mais rígidas, fixas e abstratas, enquanto o micro se refere aos fluxos contínuos que compõem o espaço social³⁵. O molar e o molecular são interdependentes.

Os grandes agregados molares são tradicionalmente objetos de investigação sociológica. Podemos destacar o Estado, a sociedade, classes sociais, raças e gêneros³⁶. Essas noções refletem um problema de teoria social entre as partes e o todo: qual seria a relação entre eles? Em Deleuze e Guattari, os agregados molares capturam e organizam fluxos dinâmicos sem nunca conseguirem se firmar definitivamente: a sociedade escapa em todos os lados e direções. Isabelle Garo comenta:

A miniaturização da política anda de mãos dadas com a sua difusão por todo o campo social, assim como também a rejeição de qualquer envolvimento com ou associado às instituições políticas, particularmente o Estado e os partidos políticos: a política não é mais a esfera privilegiada da autoridade, nem uma perspectiva coletiva sobre a sua conquista e transformação, mas a reação à retração liberal da política através da expansão correlativa de deslocamentos individuais, práticas desviantes, contestações moleculares, que agora ocupam o espaço deixado pelo recuo das formas clássicas de politização³⁷.

Semelhante ao posicionamento de Foucault, essa concepção de política não se encontra associada aos espaços institucionais de representação popular e de controle administrativo que normalmente integram o Estado moderno. Neste contexto, a política estaria limitada a uma tecnologia administrativa dos recursos, materiais e simbólicos, situados no espaço social. Precisamos lembrar, entretanto, que os autores operam uma cisão entre representação e política, como Nicholas Thoburn nos lembra: não é a representação de uma população ou de um movimento que se encontra em questão, mas a sua invenção.

A retração das formas clássicas de politização mencionada por Garo reflete a chamada crise estratégica da esquerda, apontada por Laclau e Mouffe no início de *Hegemony and Socialist Strategy*, o que contempla as limitações que se fazem presentes também no tipo de representação política dos partidos políticos organizados verticalmente. Ao menos em parte essa fora uma das implicações de maio de 1968 para a reflexão política: o deslocamento das estratégias usuais dos movimentos através da constituição de conexões entre demandas

³⁴ WIDDER, *Political Theory After Deleuze*, p. 123 e ss.

³⁵ Cf. DELEUZE; GUATTARI, *Mil Platôs*, vol. 3, p. 98; DELANDA, “Deleuze, Materialism and Politics”, p. 165 e ss.

³⁶ Cf. SCHUILENBURG, “Institutions and Interactions”, p. 112 e ss

³⁷ GARO, “Molecular Revolutions”, p. 63.

que, ao invés de operarem por superposição, acolhem a justaposição e a hibridização. Essas são forças que, ao mesmo tempo em que não podem ser subsumidas às formas usuais de representação política, como os partidos, também escapam do controle jurídico-administrativo do Estado.

CONVERGÊNCIAS TEÓRICAS E ESTRATÉGICAS ENTRE AS DUAS POSIÇÕES

Embora tomando como ponto de partida elementos teóricos distintos, podemos observar que as perspectivas de Laclau/Mouffe e Deleuze, no que dizem respeito à dinâmica trazida pelos novos movimentos sociais, mostram convergências relevantes o suficiente para serem exploradas com maior atenção. Estas nos ajudam a pensar as transformações que novas formas de se conceber o político tendem a produzir.

Um dos principais pontos explorados neste texto foi de se buscar superar a tensão entre o universal e o particular na compreensão do político. O que se pretende é pensar novas configurações políticas que evitem os extremos de perspectivas essencialistas, seja ela a do puro particularismo ou de novas concepções de universal. Em Laclau e Mouffe, essa tensão, que nunca pode ser definitivamente superada, é pensada através de uma reformulação do conceito de hegemonia. Deleuze, principalmente nas obras em que escreve com Guattari, não aborda diretamente esse problema, mas os conceitos de molar e molecular, para mencionarmos apenas dois, abrem espaço para situar o problema sob uma outra perspectiva

Essa outra dimensão distingue formas rígidas aos fluxos dinâmicos de pessoas, signos e matéria que compõem o social. Por um lado, falemos dos movimentos sociais e das suas pautas como entidades coletivas, com características próprias e demandas estabelecidas, enquanto que, por outro lado, todos esses elementos são continuamente modificados em escalas menores através das múltiplas inserções do movimento em outras relações estabelecidas com outros elementos que compõem o seu entorno. Movimentos sociais se constituem e operam a partir de uma dinâmica contínua entre esses dois planos interdependentes.

A ordem estabelecida é apenas uma configuração temporária e relativamente estável de mudanças contínuas que ocorrem em um nível mais elementar. Em uma perspectiva macro, um movimento social focado na demanda de um grupo étnico precisa estabelecer quem integra esse grupo, quais os seus principais problemas, e de que maneira eles podem ser solucionados, ou amenizados. Esse é um trabalho que envolve traçar, delimitar e repensar o espaço social em que o próprio movimento se encontra inserido.

Em paralelo ao que descrevemos, mudanças, impulsionadas pelas ações dos movimentos sociais como também daquelas que se encontram em seus entornos, desestabilizam, rompem ou reconfiguram a estrutura inicial do movimento, que associamos ao nível micro. Reconhecendo a fragmentação das demandas políticas no contexto das sociedades contemporâneas, ambas as perspectivas teóricas não se contentam em destacar a dispersão e os vários desacordos entre os atores políticos, mas procuram desenvolver, neste contexto social, formas relativamente estáveis, porém contingentes, de organizações coletivas que emergem das relações estabelecidas entre os próprios atores. Não pretendendo rejeitar as especificidades das demandas, Laclau/Mouffe e Deleuze propõem a construção

de novas noções de coletividade que avançam e abrem novas estratégias para embates emancipatórios.

Ambas as perspectivas enfatizam, cada uma ao seu modo, a impossibilidade de um fechamento constitutivo do social, ou seja, qualquer narrativa que venha a se tornar hegemônica traz consigo possibilidades para a sua subversão através de um outro conjunto de práticas que lhe são antagônicas. Em Laclau e Mouffe a constituição de uma posição hegemônica somente se estabelece ao operar uma contraposição com uma outra cadeia de equivalências. Na medida em que emerge de práticas articulatórias específicas, então, nenhuma cadeia de equivalência dará conta de todas as demandas políticas situadas em um espaço social determinado sob pena mesmo de abandonar a coerência e a consistência interna que deve ser formada entre as demandas de uma cadeia, embora sempre provisoriamente.

Nas reflexões políticas que englobam tanto o trabalho solo de Deleuze, quanto a sua colaboração com Guattari, podemos destacar uma revisão sobre a própria estrutura das relações entre os novos movimentos e as suas demandas. O conceito de rizoma nos permite situar a relação entre os movimentos não mais em termos de verticalidade e sobreposição de demandas. As múltiplas possibilidades de construção de relações são pensadas a partir de circunstâncias específicas em detrimento dos elementos internos que, a princípio, vai nos permitir caracterizar de maneira relativamente estável as demandas e a atuação política de cada movimento.

Em ambas as perspectivas, termos destituídos de um conteúdo determinado são cruciais para a composição das relações entre movimentos distintos e suas demandas: eles funcionam como pontos de interseções entre embates específicos associados a partir de determinados pontos e eventos contingentes. No que concerne à filosofia deleuzeana, tanto a leitura que faz James Williams da *Lógica do Sentido* como na desenvolvida por Graeme Chesters e Ian Welsh, discernimos perspectivas quanto à linguagem cujas implicações políticas se aproximam de maneira significativa daquelas que integram as obras de Laclau e Mouffe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos enfatizar ao longo deste trabalho que a fragmentação das demandas não como um problema a ser superado, mas como característica dos embates políticos das democracias liberais contemporâneas. Ressaltamos como duas abordagens teóricas, quando confrontadas com essa problemática, podem nos levar a repensar a organização e as estratégias que integram os vários embates em que se encontram envolvidos os movimentos sociais contemporâneos. Quando apontamos duas perspectivas, que chamamos de universalista e particularista, vimos que o retorno a um certo essencialismo na política representa uma tentação compreensível, mas problemática, seja sob uma perspectiva teórica ou estratégica.

Ambas as perspectivas examinadas estabelecem conceitos que permitem situar a intensa fragmentação dos embates políticos sem abandonar alguma forma de referência que extrapole as instâncias particulares de cada ator. Em Laclau e Mouffe, os conceitos de hegemonia, articulação e cadeias de equivalência, dentre outros, integram uma teorização sobre o político que reestabelece o universal sem que o mesmo represente a subsunção das

demandas particulares a um ator político universal. Embora desenvolvendo a sua posição através de pressupostos teóricos bastante diferentes daqueles de Laclau e Mouffe, isolamos alguns elementos presentes na filosofia deleuzeana que podem suscitar uma aproximação com os desdobramentos teóricos estabelecidos pelos dois autores, como a ideia de transversalidade.

Em síntese, as abordagens sustentadas pelos três autores examinados permitem lidar com a fragmentação dos movimentos sociais, acolhendo as especificidades de cada demanda, sem com isso deixar de desenvolver estratégias políticas que permitam transcender as diferenças e desentendimentos que porventura possam surgir entre eles. Dentre outras implicações que possam ser extraídas dessas abordagens, ressaltamos a necessidade de se repensar o que significa, hoje, um movimento se conceber como pertencente ao âmbito político da esquerda.

UNIVERSALISM AND CONTEMPORARY FRAGMENTATION OF THE SOCIAL MOVEMENTS: AN INTERCHANGE BETWEEN ERNESTO LACLAU, CHANTAL MOUFFE AND GILLES DELEUZE

Abstract: This present article intends to develop a relationship between Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's political theory and Gilles Deleuze's philosophy guided by a concern with progressive social movements political and strategical fragmentation. Recognizing the difficult, or even the impossibility, of determining today a new political subject, which is at the same time historical and universal, what remains are consistent defenses of particulars, demands specific to some political identities, which is a way of constructing the political as identity politics. Our main reflection concerns how can we avoid not only the temptation of returning to a kind of essentialism in politics, but also the strictly particularism that are inscribed in the political strategy of some social movements.

Keywords: Laclau – Deleuze – Social Movements – Universalism – Political Subject.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTSEN, Niels; DIKEN, Bülent. "Society with/out Organs". In: FUGLSANG, Martin; SØRENSEN, Bent Meier. *Deleuze and the Social*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2006, pp. 231-249.

BADER, Michael D. M.; WARKENTIEN, Siri. "The Fragmented Evolution of Racial Integration since the Civil Rights Movement". *Sociological Science*, v. 3, pp. 135-166, March/2016.

CHESTERS, Graeme; WELSH, Ian. *Complexity and Social Movements - Multitudes at the edge of chaos*. London: Routledge, 2006.

DELANDA, Manuel. "Deleuze, Materialism and Politics". In: BUCHANAN, Ian; THOBURN, Nicholas. *Deleuze and Politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008, pp. 160-177.

DELEUZE, Gilles. *Logic of Sense*. New York: Columbia University Press, 1990.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, vol. 1. São Paulo: Editora 34, 2004.

_____. *Mil Platôs*, vol. 2. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Mil Platôs*, vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2004.

GARO, Isabelle. “Molecular Revolutions: The Paradox of Politics in the Work of Gilles Deleuze”. In: BUCHANAN, Ian; THOBURN, Nicholas. *Deleuze and Politics*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

GASCHE, Rodolphe. “How empty can empty be? On the place of the universal” In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. London: Routledge, 2004, pp. 17-34

HOWARTH, David. Hegemony, “Political Subjectivity, and Radical Democracy”. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. *Laclau: A Critical Reader*. London: Routledge, 2004, pp. 256-276.

HOWARTH, David. *Poststructuralism and After: Structure, Subjectivity and Power*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

LACLAU, Ernesto. “Why do Empty Signifiers Matter to Politics?”. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. London: Verso, 1996.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

MENDONÇA, Daniel de. “A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 20, pp. 135-145, Jun/2003).

SCHUILENBURG, Marc. “Institutions and Interactions: On the Problem of the Molecular and Molar”. In: SUTTER, Laurent de; MCGREE, Kyle. *Deleuze and Law*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2012.

STAGGENBORG, Suzanne. *Social Movements*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2015.

THOBURN, Nicholas. *Deleuze, Marx and Politics*. London: Routledge, 2003.

TORFING, Jacob. *New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Žižek*. London: Blackwell Press, 1999.

WIDDER, Nathan. *Political Theory After Deleuze*. London: Continuum Press, 2012.

WILLIAMS, James. *Gilles Deleuze's Logic of Sense – A Critical Introduction and Guide*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.